

## **TRAJETÓRIAS DELINQUENTES: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS. UM ESTUDO COM EX-RECLUSOS**

Sandra Cristina Batista Rosa, Faculdade de Motricidade Humana - Universidade Técnica de Lisboa, sandra.cbrosa@gmail.com

**RESUMO:** Abordar os comportamentos das crianças e jovens em risco é atualmente uma das grandes preocupações sociais, sendo que as consequências desse risco as conduz, em última instância, à delinquência e à criminalidade. É comumente aceite que os grupos que maioritariamente transmitem influências socializadoras são a família, os amigos e a escola. O papel crucial que estes agentes desempenham no desenvolvimento global da criança e do adolescente poderão funcionar como fatores de proteção ou como fatores de risco. São assim múltiplos os fatores que condicionam e contribuem para percursos de vida mais desviantes que desembocam em situações de reclusão e de exclusão. Um dos objetivos deste estudo qualitativo de carácter exploratório foi o de conhecer e caracterizar o percurso escolar e a trajetória dos sujeitos antecedentes à reclusão, numa amostra de nove ex-reclusos que estiveram com pena privativa de liberdade nos Estabelecimentos Prisionais de Beja, Castelo Branco, Leiria e Sintra. Os testemunhos dos participantes, recolhidos através de entrevista, sujeitos a análise de conteúdo, dão-nos conta do seu percurso educativo e comportamental, caracterizando-se as trajetórias delinquentes, nomeadamente as razões e contextos de delinquência; o percurso judicial; e os motivos facilitadores de envolvimento no crime. Os dados obtidos permitiram contextualizar e conhecer as trajetórias antecedentes à reclusão, uma vez que o percurso educativo dos ex-reclusos é caracterizado pelo insucesso, absentismo e abandono escolar, que de alguma forma, poderão ter predito os comportamentos de delinquência e criminalidade.

Palavras-Chave: Delinquência; Fatores de proteção e de risco; Ex-Reclusos.

### **Introdução**

Abordar os comportamentos das crianças e jovens em risco é atualmente uma das grandes preocupações sociais, sendo que as consequências desse risco as conduz, em última instância, à delinquência e à criminalidade. É comumente aceite que os grupos que maioritariamente transmitem influências socializadoras são a família, os amigos e a escola, as políticas sociais, entre outros. O papel crucial que estes agentes desempenham no desenvolvimento global da criança e do adolescente poderão funcionar como fatores de proteção ou como fatores de risco. São assim múltiplos os fatores que poderão condicionar e contribuir para percursos de vida mais desviantes.

Neste sentido, e atendo às características socioeconómicas e biopsicossociais das crianças e dos jovens e ainda às consequências negativas de alguns comportamentos que as colocam em risco de saúde e de exclusão escolar e social, considera-se pertinente destacar a importância que a escola, socialmente democrática e inclusiva, poderia ter no contexto das sociedades contemporâneas. Mais do que um contexto de aprendizagem, é onde se deveria realizar a socialização e a inclusão de todos, numa constante dinâmica de transmissão de atitudes e de valores de cidadania, abrangendo tanto as “crianças com deficiência ou sobredotadas, como crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais” (Declaração de Salamanca, 1994).

Esta é definitivamente uma questão complexa, na medida em que são múltiplos os fatores que condicionam e contribuem para percursos de vida que começam pelo abandono escolar precoce, e que toldados pela delinquência e pelo crime, acabam por percorrer caminhos mais desviantes que desembocam em situações de reclusão e de exclusão. Considera-se, assim pertinente questionar quais as causas dos comportamentos delinquentes e antissociais, que fatores de risco lhes estão subjacentes, que fatores se constituem de proteção e quais as consequências de tais comportamentos.

A prática de comportamentos de risco pode ser vista, por um lado, como exploratória e até saudável e, por outro lado, pode comprometer fortemente a saúde a curto e a longo prazo dos indivíduos. Sabendo que o comportamento dos jovens constitui um dos principais fatores de risco para o ajustamento na adolescência, regista-se a dependência desses comportamentos a diferentes fatores de nível individual e envolvental, que poderão facilitar ou dificultar a sua ocorrência (Simões, 2007).

A delinquência, considerada por alguns autores como um comportamento de risco na adolescência, muitas vezes associada a outros comportamentos, como por exemplo o consumo de álcool e drogas (Doherty, Green & Ensminger, 2008), não favorece o bem-estar ou o ajustamento dos jovens.

De acordo com o modelo desenvolvido por Patterson, DeBaryshe e Ramsey (2000), o comportamento antissocial na adolescência surge ligado a um processo desenvolvimental desajustado, que envolve más práticas parentais, a rejeição pelos pares pró-sociais e o fracasso escolar.

Em relação ao desenvolvimento do comportamento delinvente, os dados indicam que a iniciação precoce se relaciona diretamente com problemas de delinquência no futuro. Quanto mais precoce é a idade de atividade delinvente, maior é a probabilidade de se tornar um grave infrator no final da adolescência (Huizinga, Weiher, Espiritu & Esbensen, 2003; Loeber & Farrington, 2001). De salientar que dois terços dos sujeitos que iniciaram estes comportamentos com 11 anos, tornaram-se jovens delinquentes durante a adolescência. (Huizinga, Weiher, Espiritu & Esbensen, 2003). As crianças delinquentes que têm idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos e cometeram atos delinquentes mostram ter o dobro ou o triplo do risco em tornar-se futuramente em sujeitos violentos e delinquentes crónicos (sujeitos com quatro ou cinco condenações ou detenções). Os delinquentes crónicos são responsáveis por níveis significativos de criminalidade nas comunidades. Apesar dos estudos de reconhecimento dos delinquentes crónicos ser importante, estes só são identificados quando as suas carreiras criminais atingem o pico ou entram em declínio, depois de já terem praticado inúmeros crimes. Desta forma, o foco da investigação deve centrar-se nas crianças delinquentes, que se encontram em sério risco de se tornarem delinquentes crónicos e

violentos, a fim de se poder intervir em idades prévias à delinquência (Loeber & Farrington, 2001; Sullivan, 2006).

A delinquência juvenil tem vindo a tornar-se um problema grave com consequências preocupantes na sociedade portuguesa, com tendência a aumentar (Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Este fenómeno emerge sobretudo de bairros problemáticos e em famílias com carências quer emocionais, quer socioeconómicas. Questões relacionadas com dificuldades económicas, desemprego, trabalho precário e pobreza potencializa comportamentos desviantes por parte dos adolescentes e conseqüente exclusão social.

Na trajetória da delinquência dá-se a rutura com os vínculos sociais, sendo que a reação social e conseqüente estigmatização vão potenciar a prática de outros atos ilícitos, levando os sujeitos a afastarem-se cada vez mais das normas e valores estabelecidos socialmente (Simões, 2007). Os jovens envolvidos em graves infrações começam normalmente uma carreira criminosa em idade precoce. Mas para a maior parte destes jovens, pode não haver qualquer contacto com o sistema de justiça em termos de detenção, ou por outro lado, a detenção pode seguir-se à iniciação delinquente nos anos vindouros. Daí a necessidade de programas de prevenção fora do sistema de justiça, uma vez que os comportamentos criminosos começaram precocemente, antes do reconhecimento oficial de uma “carreira criminosa” (Huizinga, Weiher, Espiritu & Esbensen, 2003).

De acordo com os dados do “Estudo do Desenvolvimento da Delinquência” realizado em Cambridge, um estudo longitudinal prospetivo do crime, da delinquência e do comportamento antissocial que compreende uma sucessão de estudos iniciados em 1961-62 por Donald West, os tipos de comportamento que levam à condenação são apenas um aspeto da síndrome do comportamento antissocial, existindo diferenças individuais entre o grupo de pessoas que se inserem na “Personalidade Antissocial”. As manifestações comportamentais

dos indivíduos com este tipo de personalidade variam com a idade e de acordo com as circunstâncias sociais e a influência do meio social. Os preditores da delinquência, que tanto podem ser causas como efeitos, são a privação económica, o insucesso escolar e os comportamentos parentais inadequados. Os piores ofensores provêm das famílias mais pobres, vivendo nas piores habitações. O insucesso escolar também se revelou um preditor importante e correlativo da delinquência, a par das competências parentais no que respeita a educação dos filhos nos primeiros anos de vida (disciplina rígida ou irregular; atitudes negligentes, cruéis ou passivas; discórdia marital; e fraca supervisão) (Farrington, 1998).

Existe o reconhecimento por parte da comunidade científica de que a violência e outras formas de comportamento antissocial nos jovens atingem níveis elevados com graves repercussões para a segurança da comunidade. Este facto tem fomentado durante as últimas décadas, a realização de diversas investigações sobre este fenómeno. De salientar as conclusões mais significativas destes estudos que se relacionam com a continuidade temporal dos comportamentos antissociais, ou seja, uma conduta problemática iniciada precocemente constitui um dos melhores preditores de delinquência futura (Carrilho, Nogueira, Bacelar & Alexandre, 2009).

Os estudos empíricos têm identificado fatores e predisposições de várias ordens, considerando a delinquência juvenil um fenómeno polimorfo e multicausal, que admite várias formas e é influenciado por diversos fatores, tendo em conta as características do momento desenvolvimental (adolescência), o contexto social, a dinâmica familiar, os constrangimentos biológicos e as especificidades individuais (Silva, 2009).

De acordo com o Serviço de Justiça Juvenil e de Prevenção da Delinquência (1998, cit. in Sullivan, 2006) deve existir mais investigação sobre jovens delinquentes direcionada para as questões desenvolvimentais do risco e da proteção. Esta suposição pressupõe que

sejam feitos esforços para acompanhar os jovens desde a infância até ao seu desenvolvimento na adolescência. Segundo Farrington (1994, cit. in Sullivan, 2006), as melhores informações sobre os fatores de risco e sobre o desenvolvimento da delinquência são obtidas a partir de estudos longitudinais, uma vez que permite ao investigador seguir um padrão de acontecimentos que se desenrola desde a infância até à idade adulta.

O estudo de Sullivan (2006) sobre as relações existentes entre os vários tipos de problemas emocionais e comportamentais e a delinquência mostra a importância de se considerar um certo número de fatores de risco e de proteção na predição, explicação e prevenção do comportamento delinvente no início da adolescência, reduzindo-se assim, a probabilidade dos sujeitos manterem este tipo de comportamento ao longo da vida. Os dados obtidos referem que os ambientes familiares positivos podem mitigar o risco de delinquência futura e apresentam um caminho favorável para a intervenção. Ao mesmo tempo, é essencial reconhecer que a influência dos pares sobre o comportamento delinvente é preponderante para uma melhor compreensão das questões dos jovens em risco, uma vez que a influência dos pares pode ser determinante quando os sujeitos apresentam problemas legais.

Não se pode falar de adolescência, das mudanças ocorridas nos sujeitos, das suas alegrias, das suas conquistas e dos seus problemas, sem falarmos dos diferentes contextos em que este período, mais ou menos conturbado, ocorre. Esses espaços de socialização são fundamentais para crianças e jovens, cuja influência será decisiva nas suas vidas. A família, os amigos e a escola são, como afirma Simões (2007), os grupo-chave na transmissão destas influências na socialização.

A família apresenta-se como o primeiro grupo socializador ressaltando-se o papel primordial no desenvolvimento global da criança e do adolescente. A sua influência é exercida fundamentalmente na socialização, educação, prestação de cuidados, transmissão de

crenças e valores, saúde e bem-estar geral dos seus elementos. Mesmo na adolescência, os sujeitos tendem a ver os pais como principal base de apoio na proteção e segurança e nas questões escolares e de saúde (Braconnier & Marcelli, 2000). A família poderá funcionar como um fator de proteção ou, pelo contrário, de risco, mediante as relações desenvolvidas no seu seio. Se a mesma se constituir como um fator de risco poderá desencadear-se o desenvolvimento de perturbações nos jovens (Sanders, 2000).

A escola, depois da família, constitui uma influência privilegiada na socialização dos jovens, uma vez que é um espaço onde é possível modelar e ajustar o comportamento, aprendendo normas socialmente desejáveis. Contudo, as conclusões do estudo de Carrilho, Nogueira, Bacelar e Alexandre (2009) evidenciam a aparente incapacidade da escola em responder aos desejos e necessidades dos alunos, associada a outras dificuldades de cariz familiar e comunitária. Quando a escola falha na relação de identificação apoiada em laços sociais e afetivos, rapidamente perde a sua capacidade de controlo, registando-se atitudes de rejeição e oposição e contribuindo para a estruturação de trajetórias desviantes na adolescência. (Carrilho, Nogueira, Bacelar, & Alexandre, 2009)

No estudo desenvolvido por A. Rodrigues e Rodrigues (2009) sobre as crenças e perceções de jovens em acompanhamento de medidas tutelares educativas não institucionais (n=30), relativamente a condutas desviantes e à sua afiliação grupal, os autores verificam que 24% dos jovens apresentavam comportamentos absentistas. Da análise efetuada ao discurso dos jovens verificou-se um sentimento de desconfiança relativamente à escola, verbalizando que esta instituição não corresponde às suas necessidades de inclusão e anseios de pertença, procurando colmatar esta falta pela pertença a grupos de pares. Os resultados confirmam que as práticas delituosas são maioritariamente praticadas em grupo, sendo que a implementação de programas de prevenção primária e secundária deveria incidir em intervenções do tipo

individual, familiar, local e por fim uma intervenção concertada a nível de políticas sociais e educativas, sugerindo os autores, o reinventar da escola como primeiro de socialização e não principal fator de exclusão.

Em suma, da leitura dos estudos analisados anteriormente, pode afirmar-se que é comumente aceite que na sociedade atual os grupos que maioritariamente transmitem influências, que socializam, tanto nas atitudes como nos comportamentos, são a família, os amigos e a escola. Como se pode constatar, o papel crucial que estes agentes socializadores desempenham no desenvolvimento global da criança e do adolescente poderão funcionar como fatores de proteção ou como fatores de risco. Crê-se que quando a família, a escola e a sociedade falham na educação de alguns indivíduos, na sua formação e no desenvolvimento de competências com vista à sua inclusão plena, existe um risco acrescido para o desenvolvimento de comportamentos antissociais, que aliados a outras variáveis ambientais, como o estatuto socioeconómico, problemas familiares, entre outras, poderão ser geradores de delinquência e futura exclusão social.

A este respeito M. Carvalho (2008, cit. in Martinho *et al.*, 2008) refere que o fundamental para as comunidades atuais é precisamente identificar, conhecer e compreender melhor quais são os riscos que as marcam.

O trabalho aqui apresentado faz parte duma pesquisa mais alargada. Temos como objetivo conhecer e caracterizar o percurso educativo e comportamental, caracterizando-se as trajetórias delinquentes, nomeadamente as razões e contextos de delinquência; o percurso judicial; e os motivos facilitadores de envolvimento no crime.

### **Metodologia**

Foi realizado um estudo qualitativo de carácter exploratório, tendo sido elaborados um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. As respostas depois de transcritas foram submetidas à análise de conteúdo, com categorização *à priori*.

#### *Participantes*

Os dados deste estudo foram recolhidos junto de 9 ex-reclusos que cumpriram pena privativa de liberdade em quatro prisões portuguesas, designadamente nos Estabelecimentos Prisionais (EP) de Beja (n=2), Castelo Branco (n=2), Leiria (n=3) e Sintra (n=2). Todos os sujeitos participaram no Projeto “Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos/as” (PERSR). Os participantes encontram-se maioritariamente na faixa etária dos 40-50 anos (n=4), logo seguida dos 20-30 anos (n=3). Os restantes encontram-se entre os 30-40 anos (n=2). A maior parte dos sujeitos é do género masculino (n=8) e do meio urbano (n=7). No que respeita o percurso académico, 6 sujeitos completaram o 2º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e 3 frequentaram a escola até ao 3º CEB.

#### *Instrumentos*

Neste estudo foram utilizados dois instrumentos para a recolha dos dados tendo em conta os objetivos do estudo e as características dos participantes: um questionário de caracterização sociodemográfica e um guião de entrevista semiestruturada, elaborados especificamente para o estudo.

#### *Procedimento*

Para analisar e descrever a situação atual do ex-recluso no seu contexto de vida foram efetuadas entrevistas semiestruturadas aos 9 indivíduos. A recolha de dados realizou-se entre os meses de Janeiro e Março de 2010, tendo sido selecionados todos os sujeitos que participaram no PERSR e que estavam já em liberdade, quer condicional, quer com termo de

pena. O procedimento relativo à condução e gravação das entrevistas foi idêntico para todos os sujeitos. Antes do início da entrevista foram informados que as suas respostas eram confidenciais e anónimas. O tempo de duração da aplicação dos instrumentos situou-se entre os 22 e os 60 minutos.

### **Resultados**

No que respeita o absentismo e abandono escolar foram evocadas razões de ordem económica (n=5), familiar (n=2) e pessoal (n=4). Dentro das primeiras, as razões prenderam-se sobretudo com a falta de poder de compra de material escolar, aliada à necessidade de começar precocemente a trabalhar a fim de colmatar a escassez de recursos económicos na família. As razões familiares apontadas como justificação do abandono escolar dizem respeito à necessidade de prestar apoio e de colaborar nas tarefas domésticas e de trabalho desenvolvidas na família. No que se refere às razões pessoais foram evocados motivos como: novos desafios alternativos à escola; insatisfação com a escola; perceção negativa do autoconceito académico.

*«O meu pai às vezes precisava de mim e eu deixava a escola para ir ajudá-lo. Chumbei por faltas.» (Sujeito C)*

Os entrevistados terminaram a sua escolaridade na escola pública, maioritariamente durante o período da adolescência (n=8), verificando-se que durante o seu percurso educativo todos os sujeitos experimentaram a repetência escolar por dois ou mais anos. Cinco dos sujeitos afirmaram ter continuado a estudar no EP a fim de concluir o 2º ou o 3º CEB. O ambiente escolar é avaliado positivamente (n=8).

*«Quando terminei a escola tinha p'raí 14 anos e chumbei no 7º.» (Sujeito E)*

Relativamente ao início da trajetória delinvente, a maior parte dos sujeitos refere ter praticado os primeiros atos ilícitos durante a idade adulta (n=5). Os restantes inquiridos referem ter iniciado estes comportamentos durante a adolescência (n=2) e na infância (n=2).

*«Foi cedo...foi logo desde cedo. Na primária. Éramos garotos, não pensávamos nas consequências e íamos roubar.» (Sujeito E)*

Os motivos e contextos que marcaram esta trajetória ligam-se sobretudo às razões de ordem pessoal (n=5), logo seguidas de razões económicas (n=2) a par das razões sociais (n=2). No que respeita as razões pessoais, é apontada a falta de responsabilidade, o abuso de substâncias e o consumo de substâncias ilícitas. Relativamente às razões económicas, as principais razões apontadas foram a falta de dinheiro e o desejo pela obtenção de bens materiais. Outra das razões apontada pelos sujeitos para a prática de crimes diz respeito à influência social exercida pelos amigos.

*«Foi durante uma saída noturna em que me meti no álcool e na droga. Um dos amigos do grupo roubou-me e eu roubei-o a seguir. (Sujeito I)*

Dentro dos motivos facilitadores do envolvimento no crime, salientam-se sobretudo as razões pessoais e sociais (n=7), logo seguidas das razões económicas (n=2). De entre os motivos pessoais e sociais sublinha-se a falta de responsabilidade, revolta, a curiosidade para experimentar drogas, e nomeadamente a influência social por parte dos amigos. É de ressaltar o assumir de toda a responsabilidade individual no envolvimento no crime, tendo todos os sujeitos ilibado a responsabilidade da família e a falta de suporte por parte desta.

*«Os meus pais não foram culpados por isto ou por aquilo (...) Assumo a responsabilidade e...depois foram as influências das pessoas com quem estava a viver.» (Sujeito G)*

Relativamente às razões económicas, os sujeitos referem a falta de dinheiro como justificação do seu envolvimento em comportamentos delinquentes.

*«Faltou. Dinheiro! Por causa do dinheiro é que eu fui roubar.» (Sujeito E)*

Na categoria percurso judicial verifica-se que a maioria dos sujeitos é reincidente (n=7), com duas ou três detenções. Apenas dois dos inquiridos são primários.

Por fim, na perspetiva da própria vida na ausência de crime, os ex-reclusos imaginam vidas bastante diferentes das atuais, caracterizadas por um maior número de aspetos positivos, nomeadamente no que se refere à obtenção de um melhor emprego, percursos educativos mais bem sucedidos, estabilidade, maior realização pessoal e profissional, e melhores condições de vida para si e para a sua família.

*«Tinha sido tudo melhor...não tinha sido detido, que foi a pior coisa da minha vida.»*

*(Sujeito C)*

### **Discussão**

Conhecer os percursos educativos dos indivíduos que participaram neste estudo permitiu contextualizar e conhecer as trajetórias antecedentes à reclusão. Os dados obtidos referem que os percursos educativos dos ex-reclusos são caracterizados pelo insucesso, absentismo e abandono escolar que de alguma forma, poderão ter predito os comportamentos de delinquência. É de salientar no entanto, que segundo as respostas obtidas, os inquiridos admitiram gostar de frequentar a escola, mas referindo-se preferencialmente ao espaço do recreio em detrimento ao da sala de aula. O recreio constituía o espaço privilegiado para o estabelecimento das relações interpessoais, tal como ilustra a resposta de um dos sujeitos *“Gostava da escola porque era onde estavam os outros, né? O que eu não gostava na escola era de ter aulas.”*

Relativamente ao percurso educativo, importa salientar sobretudo o abandono escolar, expresso nas baixas habilitações académicas, e o insucesso académico revelado pelo número elevado de retenções escolares experimentadas pela quase maioria dos inquiridos.

O abandono escolar deve-se sobretudo a razões económicas, pessoais e familiares. A necessidade de obter um trabalho ainda em idade escolar, para a obtenção de dinheiro, para si e para apoio à família é a razão mais apontada na justificação do abandono. São seguidamente apontadas as razões pessoais, como por exemplo o interesse por novos desafios, a perceção negativa do autoconceito académico e a insatisfação com a escola. Estes dados vêm ao encontro da posição de Jarjoura (1993, 1996 cit. in Weerman, 2010) que refere que os alunos que abandonam a escola, fazem-no porque são expulsos e porque não gostam de a frequentar.

Relativamente à caracterização da trajetória delinvente dos sujeitos, cerca de metade dos indivíduos afirma ter cometido os primeiros atos ilícitos durante a infância e a adolescência, e os restantes durante a idade adulta. Os estudos apontam a adolescência como o período no qual se verifica o início dos primeiros atos delinquentes (Huizinga, Weiher, Espiritu & Esbensen, 2003; Sanches & Gouveia-Pereira, 2010), sendo que quanto mais precoce é a idade da atividade delinvente, maior é a probabilidade dos sujeitos se tornarem futuros criminosos (Huizinga, Weiher, Espiritu & Esbensen, 2003; Loeber & Farrington, 2001). Os motivos para a prática destes atos surgem associados a razões pessoais e sociais, tais como falta de responsabilidade, revolta, curiosidade para experimentar drogas e influência social por parte dos amigos. As razões económicas apontadas pelos indivíduos surgem em segundo plano, sendo a falta de dinheiro a grande justificação para o envolvimento no crime.

A família não surge nas respostas como contexto facilitador do comportamento delinvente, encontrando-se a maior parte dos indivíduos dentro de uma estrutura familiar

aquando as detenções. Assim sendo, com base nos dados, não foi possível constatar se a família constituiu, nestes casos, um fator de risco ou de proteção, dada a sua natureza bipolar.

O percurso judicial é marcado por uma elevada reincidência, o que ilustra a persistência e a permanência dos indivíduos na carreira criminal. Apesar desta persistência, os indivíduos projetam cenários de vida mais positivos, caso não se tivessem envolvido na via criminal. A obtenção de um melhor emprego, mais estabilidade, um percurso educativo mais bem sucedido, melhor realização pessoal e profissional, melhores condições de vida para si e para a família constituem-se como alternativas idealizadas e imaginários de vida na ausência de crime.

### **Conclusão**

Os dados obtidos permitiram contextualizar e conhecer as trajetórias antecedentes à reclusão, corroborando os dados de investigações anteriores, uma vez que o percurso educativo dos ex-reclusos é caracterizado pelo insucesso, absentismo e abandono escolar, fatores que poderão ter predito os comportamentos de delinquência e de criminalidade. Neste sentido, será desejável que a intervenção se centre na avaliação e na monitorização dos percursos sociais e escolares de crianças e jovens que apresentem comportamentos disruptivos, assumindo a escola um papel essencial na condução de percursos mais ajustados, constituindo-se como espaço de igualdade de oportunidades e de inclusão de todas as crianças e jovens. Os estudos que permitam um maior conhecimento e identificação precoce destes comportamentos poderão apoiar eficazmente a sua prevenção.

É neste processo de compreensão e reflexão, enquanto se revisita os caminhos daqueles que, por diversas razões, se precipitam para uma existência toldada pelo crime, que se deverá ser capaz de alcançar o entendimento acerca das causas, dos processos e das razões que conduzem e insistentemente reforçam os atos e as práticas delituosas.

**Referências**

- Braconnier, A., & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: CLIMEPSI Editores.
- Carrilho, L., Nogueira, P., Bacelar, T., & Alexandre, M. (2009). Preditores de comportamento desviante na adolescência - Estudo numa população de alunos dos concelhos de Oeiras e de Loures. *Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova*, 3, 63-81.
- Doherty, E. E., Green, K. M., & Ensminger, M. E. (2008). Investigating the long-term influence of adolescent delinquency on drug use initiation. *Drug and Alcohol Dependence*, 93, 72-84.
- Farrington, D. P. (1998). O desenvolvimento do comportamento anti-social e ofensivo desde a infância até à idade adulta. *Temas Penitenciários*, II(I), 7-16.
- Huizinga, D., Weiher, A. W., Espiritu, R., & Esbensen, F. (2003). Delinquency and crime. In T. P. Thornberry & M. D. Krohn (Eds.), *Taking stock of delinquency - An overview of findings from contemporary longitudinal studies* (pp. 47-136). New York: Plenum Publishers.
- Loeber, R., & Farrington, D. P. (2001). The significance of child delinquency. In R. Loeber & D. P. Farrington (Eds.), *Child delinquents: Development, intervention and service needs* (pp. 1-24). California: Sage Publications.
- Martinho, A. L., Carvalho, A., & Dinis, C. (2008). Abandono Escolar - Um Estudo de Caso em Contexto Urbano. In *Equidade na Educação: Prevenção de Riscos Educativos* (pp. 43-81). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Patterson, G., DeBaryshe, B., & Ramsey, E. (2000). Developmental perspective on antisocial behavior. In W. Craig (Ed.), *Childhood social development: The essential readings*. Malden: Blackwell.
- Rodrigues, A., & Rodrigues, R. N. (2009). Gangs juvenis: realidade ou ficção? - Um olhar sobre a delinquência juvenil no concelho de Sintra. *Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 89-95.
- Sanches, C., & Gouveia-Pereira, M. (2010). Julgamentos de justiça em contexto escolar e comportamentos desviantes na adolescência. *Análise Psicológica*, I(XXVIII), 71-84.
- Sanders, M. (2000). Family intervention and prevention of behaviour disorders in children and adolescents. In M. G. Matos, C. Simões & S. F. Carvalhosa (Eds.), *Desenvolvimento de competências de vida na prevenção do desajustamento social* (pp. 35-55). Lisboa: IRS/MJ.
- Silva, A. Z. (2009). O estilo de vinculação e o desenvolvimento de comportamentos delinquentes na adolescência: factor de risco ou factor de protecção. *Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova*, 2, 55-68.
- Simões, M. C. R. (2007). *Comportamentos de risco na adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Sullivan, C. J. (2006). Early adolescent delinquency: Assessing the role of childhood problems, family environment, and peer pressure. *Youth violence and juvenile justice*, 4(4), 291-313.
- UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais, *Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade*. Salamanca: UNESCO.
- Weerman, F. M. (2010). Delinquency after secondary school: exploring the consequences of schooling, working and dropout. *European Journal of Criminology*, 7(5).